

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **VIII ENCONTRO NACIONAL INTERSETORIAL DE COORDENADORES ESTADUAIS DO CADUNICO E PBF**

#### **CARTA DO PARANÁ**

Os Encontros Nacionais Intersectoriais de Coordenadores Estaduais do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico e Programa Bolsa Família - PBF, são eventos técnicos de relevância nacional, com periodicidade anual, que objetivam o intercâmbio de práticas, avaliação das gestões do CadÚnico e PBF nos Estados, bem como sua interlocução com as demais políticas públicas, sobretudo, a Política de Assistência Social, Educação e Saúde, a nível nacional, e propor melhorias por meio da elaboração coletiva de propostas a serem direcionadas aos ministérios.

Destaca-se que estes encontros nacionais originaram-se a partir de 2008, com a realização do I Encontro Nacional no Estado do Amazonas, posteriormente Sergipe, São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão, os quais reconhecem os avanços conquistados e os desafios a serem superados.

Observa-se que a ausência dos Ministérios da Saúde, Educação, Secretaria Nacional de Assistência Social e Caixa Econômica durante o VIII Encontro, impactou diretamente no diálogo com os estados.

Desse modo, os Coordenadores Estaduais do CadÚnico e PBF, Educação e Saúde, assim como da Assistência Social, reunidos durante o VIII Encontro Nacional Intersectorial de Coordenadores Estaduais do CadÚnico e PBF, entre os dias 30 e 31 de maio e 01 de junho de 2017, na cidade de Curitiba-PR, de acordo com suas atribuições e competências setoriais e intersectoriais, identificaram, discutiram e propuseram durante este, as atuais necessidades de superação e implementação das ações do CadÚnico e PBF correlatas as áreas supracitadas.

Durante o evento, os presentes participaram das palestras “CadÚnico: ferramenta de inclusão e efetivação da proteção Social, Ferramentas de Gestão da Informação a partir do CadÚnico, Programa Família Paranaense: estratégia de enfrentamento à pobreza no Paraná, Avanços e desafios intersetoriais para a defesa e a garantia dos direitos a partir da ótica dos municípios e por fim, Desafios da atualidade para o exercício do controle social nas políticas públicas”, as quais propiciaram debates e troca de experiências.

Para composição da Carta do Paraná, foram discutidas as proposições por áreas específicas respeitando a setorialidade e especificidades, e posteriormente, em grupo coletivo, as ações e implementações intersetoriais, as quais destacaram como principais propostas a serem reivindicadas junto aos ministérios, a saber:

### **Cadastro Único para Programas Sociais, Programa Bolsa Família e Assistência Social:**

1. Garantir por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, a realização de reuniões junto à Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, e Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, para discussão com os coordenadores estaduais do CadÚnico e PBF, Vigilância Socioassistenciais, Gestão Orçamentária e Financeira e as Proteções Sociais sobre o acompanhamento familiar em 2017;
2. Solicitar à SAGI a implementação de capacitação presencial de gestão de condicionalidades e Sistema de Condicionalidades - SICON baseada na metodologia já utilizada para capacitações do CadÚnico e PBF;
3. Promover por meio da SENARC, a sensibilização e oficialização da SNAS da necessidade de urgência da atualização do Protocolo de Gestão Integrada;
4. Exigir o cumprimento do pagamento mensal aos beneficiários do Programa Bolsa Família pela Caixa Econômica como previsto em contrato, principalmente na Região Norte do país e nas localidades com maiores dificuldades de acesso, sem agências ou representantes bancários;
5. Intensificar as capacitações aos agentes da Caixa, atendentes do 0800, da ouvidoria, quanto ao CadÚnico e o PBF no que tange o fluxo dos atendimentos e orientações necessárias;
6. Normatizar e efetivar o cofinanciamento federal para as equipes de referências do CadÚnico e PBF;
7. Disponibilizar informação sobre pactuação contratual entre MDSA/SENARC e CEF sobre percentual mínimo estipulado de bancarização de beneficiários do PBF;
8. Implementar o Sistema de Benefícios - SIBEN em 2017;



9. Aprimorar as informações acerca dos benefícios no Sistema de Gestão de Benefícios ao Cidadão - SIBEC, como: datas de pagamentos e saques realizados, canais de pagamento, ampliação dos motivos de bloqueios e cancelamentos, entre outras;
10. Disponibilizar a fonte de informação da natureza dos indícios de recebimento indevido ou inconsistências cadastrais das listas anuais de revisão/averiguação;
11. Atualizar, no mínimo a cada dois anos, a estimativa por estado/municípios de famílias com perfil PBF para além do Censo;
12. Alterar a nomenclatura de gestor municipal do PBF para coordenador municipal do PBF;
13. Garantir a articulação junto com o Ministério da Defesa para a continuação da instalação de mais antenas do SIPAM em todos os municípios da Região Norte e melhorar a qualidade de conexão e garantir a manutenção das que já estão instaladas, pois não se está conseguindo utilizar o sistema CadÚnico por causa da baixa qualidade da conexão com essas antenas.
14. Solicitar ao MDSA informação sobre o acompanhamento da qualidade da conexão de internet nos estados/municípios;
15. Produzir análise acerca da quantidade e dos procedimentos que levam ao cancelamento de benefícios após a permuta de família para outro município e aprimorar a informação de normativas acerca dos procedimentos de transferência de famílias ofertado nas capacitações de operador da Caixa e de membros para outros municípios a fim de evitar o cancelamento indevido de benefícios, diante da vinculação do benefício ao código familiar e não ao RF, como anteriormente.
16. Melhorar a estabilidade e diminuir as inconsistências no processamento dos dados do Sistema do CadÚnico;
17. Aprimorar a segurança do acesso e operacionalização do Sistema do CadÚnico, SIBEC e Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – SIGPBF, diante da constatação por alguns estados de invasões aos sistemas por *hackers*;
18. Normatizar e efetivar o cofinanciamento federal das equipes de referência para o CadÚnico e PBF;
19. Fortalecer as equipes municipais quanto a correta utilização dos conceitos e procedimentos do CadÚnico diante da utilização dos serviços, programas, projetos e benefícios usuários.

20. Atualizar o conceito de famílias com perfil CadÚnico que consta no atual Manual do Entrevistador em conformidade com o Decreto Nacional nº 6.135/2007;
21. Disponibilizar aos estados relatórios gerenciais consolidados com informações por município e geral, tanto analítico quanto sintético, como por exemplo, e disponibilizar os quantitativos por Estado do número de famílias que se encontram na revisão/atualização cadastral;
22. Realizar consulta aos estados e municípios sobre os novos instrumentos de gestão da informação que estão sendo construídos pelo GT CECAD antes de sua publicização;
23. Contemplar os estados para o uso da Rede de Programas Usuários do CadÚnico.

### **Educação:**

1. Criar um calendário diferenciado para consultar a frequência no final de cada semestre de grupos populações tradicionais e específicos;
2. Atualizar o Sistema Presença, conforme o banco de dados do MDSA em consonância com o Educacenso e informações dadas pelo coordenador municipal;
3. Informar no extrato bancário das famílias com estudantes em situação de Não Localizados, que é necessário realizar a atualização cadastral.
4. Reformular o Guia de Orientação para Gestores/as do Programa Bolsa Família na Educação;
5. Reestruturar o Sistema Presença com participação e consulta dos coordenadores estaduais e municipais;
6. Reestruturar o Sistema Presença, de maneira que permita o cadastramento de mais operadores escolares;
7. Ampliação de acesso ao Sistema Presença para o perfil de operadores estaduais auxiliares;
8. Ampliação de acesso para o perfil de Dirigente Municipal de Educação – DME;
9. Criar um processo de identificação dos estudantes pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - GPTE's, no Sistema Presença;
10. Criar o arquivo geral de beneficiários em situação de SVE – Sem Vínculo Escolar (semelhante ao arquivo NLOC – Não Localizado).

### **Saúde:**

1. Criar estratégias, definindo e qualificando o papel da Atenção Primária em Saúde no acompanhamento das Condicionalidades da Saúde do Programa Bolsa Família,
2. Articular a participação e inclusão das Referências da Saúde do PBF nos Fóruns de discussões e deliberações em todos os níveis de Gestão;
3. Criar mecanismo de registro e monitoramento dos planos de ação intersetoriais estaduais e municipais com recursos do IGD-E e IGD-M aprovados nos Conselhos de Assistência

Social.

4. Elaborar, reproduzir e disponibilizar materiais gráficos impressos da gestão do PBF na Saúde para os estados e municípios.
5. Realizar e apoiar oficinas de capacitação presenciais do sistema de gestão das condicionalidades da saúde do PBF no âmbito dos estados, priorizando os municípios com baixos índices de acompanhamento da saúde.
6. Articulação intrasetorial do MS e criação de uma agenda conjunta, visando o acompanhamento integral dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - GPTE's e Imigrantes.
7. Criar um mecanismo de identificação dos beneficiários com perfil saúde pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - GPTE's e Imigrantes, no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família;

#### **Intersetorial:**

1. Solicitar a pactuação entre Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA/SENARC, Ministério da Saúde e MEC para que seja institucionalizada a disponibilização de senha de consulta aos sistemas da saúde e educação aos coordenadores estaduais do CadÚnico e PBF;
2. Fomentar com o apoio da SENARC e normatizar a instituição da coordenação/comitê municipal intersetorial garantindo a participação do CadÚnico e PBF, Assistência Social, Saúde e Educação;
3. Fomentar Reuniões Intersetoriais entre Governo Federal e estados sobre CadÚnico e PBF entre Assistência Social, Educação, Saúde.
4. Vincular o repasse do IGD-M à criação dos Comitês Gestores Intersetoriais Municipais, visando fortalecer a Gestão do PBF e o alcance do teto do recurso financeiro;

Ressalta-se ainda, a necessidade de fortalecer o diálogo entre entes federados, com a garantia de agendas intersetoriais anuais a fim de estabelecer o contínuo processo de aperfeiçoamento da gestão e operacionalização, bem como a devolutiva oficial por escrito às

áreas da gestão supracitadas, das reivindicações expressas na Carta do Paraná, ainda em 2017, pelos respectivos Ministérios.

Ainda, almeja-se que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, contribua na articulação e resolução dos desafios apresentados, a fim de oportunizar a participação dos demais ministérios e instituições intervenientes.

Em tempo, acordou-se em plenária, conforme proposição do Estado do Mato Grosso, que o próximo evento de Coordenadores Estaduais Intersetorial do CadÚnico e PBF acontecerá neste estado, com previsão de realização no primeiro semestre de 2018.

Contudo, estima-se que as discussões e proposições sejam também consideradas nos processos de pactuação e deliberação, sobretudo, por tratar-se de um ano conferencial; de modo que as equipes estaduais e municipais do CadÚnico e PBF tenham sua representatividade garantida.

Diante do exposto, acreditamos que a construção coletiva entre os entes federados fortalece a implementação das políticas públicas em prol da universalização e defesa da garantia de direitos.

Atenciosamente,

Coordenadores e técnicos estaduais responsáveis pelo CadÚnico, PBF, Assistência Social, Educação e Saúde.

Curitiba, 01 de junho de 2017.  
**Coordenação Estadual Intersetorial do  
CadÚnico e PBF – CEIPBF/PR.**